

## **FERNANDO LOUREIRO BASTOS**

### **I. RESUMO DOS DADOS MAIS RELEVANTES**

Professor Associado de Direito Público na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Presidente do Instituto de Cooperação Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Membro efetivo do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Membro da Comissão Coordenadora Científica do Centro de Investigação de Direito Público – *Lisbon Public Law Research Centre*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Coordenador do Grupo de Investigação de Direito Internacional e Europeu do Centro de Investigação de Direito Público – *Lisbon Public Law Research Centre*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Membro do Conselho da *Lisbon Public Law Research Academy*, do Centro de Investigação de Direito Público – *Lisbon Public Law Research Centre*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Investigador Principal do Centro de Investigação em Direito Público – *Lisbon Public Law Research Centre*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Coordenação científica do projeto Em preparação para a subida do nível do mar: lidando com as alterações climáticas, reestruturando o território dos Estados e procurando mecanismos para a resolução de conflitos (*Preparing for sea level rise: coping with climate change, rearranging state territory and searching for mechanisms to deal with conflicts*) – Centro de Investigação de Direito Público – *Lisbon Public Law Research Centre* (desde 2020)

Coordenação científica do projeto *Necessity, possibilities and difficulties in the creation of a regional human rights system in Asia* – Centro de Investigação de Direito Público – *Lisbon Public Law Research Centre* (desde 2023)

Membro Efetivo da RedeMar da Universidade de Lisboa, em representação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Presidente da Direção da Sociedade Portuguesa de Direito Internacional (Ramo português da *International Law Association*)

Membro efetivo do *Committee on International Law and Sea Level Rise* (desde 2016) e do *Committee on Participation in Global Cultural Heritage Governance* (2018-2022) da *International Law Association*

Membro do Comité Editorial da *Enciclopédia Luso-Brasileira de Direito Internacional*, organizada conjuntamente pelos ramos brasileiro e português da *International Law Association* (publicada em 2023)

Membro da MARSAFENET – NETwork of experts on the legal aspects of MARitime SAFETY and security (2012-2016)

Membro do Júri do Concurso Externo de Ingresso na Categoria de Adido de Embaixada da Carreira Diplomática (2015 e 2017)

*Co-Agent e Counsel* da República da Guiné-Bissau no Caso 19 – *M/V “Virginia G”*, no Tribunal Internacional do Direito do Mar (2011-2014)

Fellow do *Institute for International and Comparative Law in Africa*, Faculdade de Direito da Universidade de Pretória (2012-2013)

Assessor Científico, Presidente do Conselho Científico e Presidente do Conselho Científico e Técnico do Centro de Estudos e de Apoio às Reformas Legislativas da Faculdade de Direito de Bissau (2007-2011)

Coordenador Geral do Estudo sobre a Recolha e a Codificação do Direito Costumeiro em vigor na República da Guiné-Bissau (2008-2011) – publicado parcialmente como: *Direito Costumeiro Vigente na República da Guiné-Bissau. Balantas. Fulas. Mancanbas. Manjacos. Mandingas. Papéis*, [Bissau], [2011]

## II. DADOS PESSOAIS

Nascido em Lisboa, a 21 de abril de 1961

Nacionalidade: Portuguesa

Contactos: e-mail: [floureirobastos@fd.ul.pt](mailto:floureirobastos@fd.ul.pt)

Membro das seguintes entidades de carácter científico:

ICJP – Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

ILA - *International Law Association – Portuguese Branch* (Associação de Direito Internacional – Ramo Português)

ILHADI – Instituto Luso-Hispano-Americano de Direito Internacional

SPDI – Sociedade Portuguesa de Direito Internacional

IPDM – Instituto Português de Direito do Mar

AssIDMer - Association Internationale du Droit de la Mer

Sociedade de Geografia de Lisboa

Confraria Marítima de Portugal – Liga Naval Portuguesa

AREP – Associação Interuniversitária de Estudos Europeus

## III. FORMAÇÃO ACADÉMICA

Licenciado em Direito – Ciências Jurídico-Económicas, pelo Departamento de Direito da Universidade Livre de Lisboa, em 1984

Mestre em Direito – Ciências Jurídico-Internacionais, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1995

- Dissertação publicada: *Os acordos mistos em Direito Comunitário. Contributo para a compreensão do seu fundamento jurídico* - Lisboa, 1997 – 442 pp.

Doutor em Ciências Jurídico-Políticas (Direito Internacional Público) – Universidade de Lisboa, em 2005

- Tese publicada: *A internacionalização dos recursos naturais marinhos. Contributo para a compreensão do regime jurídico-internacional do aproveitamento conjunto de petróleo e de gás natural nas plataformas continentais, do potencial aproveitamento de recursos minerais na Área, da pesca no alto mar e os efeitos da regulamentação convencional respectiva em relação a terceiros Estados*, AAFDL, Lisboa, 2005 – 1075 pp.

#### **IV. ACTIVIDADE DOCENTE**

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1990 - .... )

Faculdade de Direito de Bissau – República da Guiné-Bissau (2007 – 2011)

Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1991 – 1997)

Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane – República de Moçambique (1997 – 1999 e seminários de mestrado posteriormente)

Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto – República de Angola (seminários de mestrado desde 2005)

Instituto Superior Técnico – Universidade Técnica de Lisboa [agora Universidade de Lisboa] (2005 – 2007)

Instituto Nacional de Administração – INA (2007)

Universidade Lusíada – Portugal (1986 – 1997)

Universidade Internacional – Portugal (1986 – 1992)

## **V. ACTIVIDADE PROFISSIONAL NÃO DOCENTE**

### **1. Adjunto do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros - X Governo Constitucional – 6.11.1985 a 17.8.1987**

O desempenho de funções como Adjunto do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros traduziu-se:

- i) no acompanhamento do procedimento legislativo governamental na fase de receção dos projetos de diploma para circulação pelos diversos membros de Governo, nomeadamente na apreciação da sua constitucionalidade, legalidade e conformidade com o Regimento do Conselho de Ministros;
- ii) na discussão dos projetos de diplomas com os seus proponentes em matéria de constitucionalidade e de técnica legislativa, nas situações em que careciam de reformulação para poderem ser discutidos em Conselho de Ministros;
- iii) no acompanhamento dos projetos de diploma aprovados em Conselho de Ministros na fase de envio para promulgação pelo Presidente da República;
- iv) no acompanhamento dos diplomas promulgados pelo Presidente da República na fase de publicação no Diário da República.

### **2. Assessor jurídico do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas - XI Governo Constitucional - de 21.9.1987 a 22.7.1989**

A assessoria jurídica do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas traduziu-se:

- i) na elaboração de um anteprojeto de diploma de reestruturação do Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas;
- ii) na participação, como representante do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, numa Comissão de Reforma do Estatuto da Carreira Diplomática;
- iii) na análise e discussão dos diplomas jurídicos elaborados no âmbito do Ministério dos Negócios Estrangeiros, na fase do procedimento legislativo prévia ao envio para a discussão em Conselho de Ministros;

- iv) na elaboração de pareceres jurídicos e de informações jurídicas nas áreas dos direitos fundamentais dos cidadãos portugueses não residentes no território português e da estrutura de apoio no estrangeiro a esses cidadãos portugueses.

### **3. Chefe de Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares - XI Governo Constitucional – de 24.7.1989 a 30.10.1991**

O desempenho de funções como Chefe de Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares traduziu-se:

- i) na organização do funcionamento e na gestão das atividades dos membros do Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares;
- ii) no despacho prévio com os adjuntos e assessores jurídicos, políticos e de imprensa das matérias jurídicas e políticas no âmbito das atribuições do Ministério dos Assuntos Parlamentares, anterior à intervenção e despacho final do Ministro;
- iii) no acompanhamento do procedimento legislativo governamental na fase de receção dos projetos de diploma pela Assembleia da República, após a aprovação em Conselho de Ministros;
- iv) no acompanhamento do procedimento legislativo parlamentar na fase de aprovação em plenário da Assembleia da República;
- v) na supervisão do procedimento de resposta às perguntas escritas feitas pelos deputados da Assembleia da República ao Governo e à Administração Pública;
- vi) no despacho dos assuntos correntes dos serviços e entidades na dependência do Ministro dos Assuntos Parlamentares, designadamente da Comissão da Condição Feminina e do Gabinete de Macau;
- vii) no desempenho de funções de representação do membro do Governo;
- viii) no acompanhamento do membro do Governo em viagens de natureza oficial em Portugal e no estrangeiro.

Membro do Conselho Interdepartamental da Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, como representante do Ministro dos Assuntos Parlamentares, entre outubro de 1989 e outubro de 1991

#### **4. Adjunto do Ministro da Administração Interna - XII Governo Constitucional – de 31.10.1991 a 27.6.1994**

O desempenho de funções como Adjunto do Ministro da Administração Interna traduziu-se:

- i) na análise jurídica dos projetos de diploma constantes da Agenda do Conselho de Ministros, com o objetivo de preparar a participação do membro do Governo na reunião semanal do Conselho de Ministros;
- ii) na análise jurídica dos anteprojetos de diploma propostos ao membro do Governo pelos serviços e organismos na sua dependência, designadamente pela Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, Serviço de Informações de Segurança e Serviço Nacional de Proteção Civil;
- iii) na coordenação da reformulação dos Regulamentos dos Governos Cívicos, nomeadamente na fase final de discussão com os Governadores Cívicos e respetiva assessoria jurídica, anterior à homologação pelo membro do Governo;
- iv) na coordenação dos trabalhos da Comissão de reformulação do sistema de pagamento de multas por infração à legislação rodoviária;
- v) na participação como membro da delegação portuguesa de apresentação do Relatório inicial de Portugal, elaborado nos termos do n.º 1 do artigo 19 da Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, no âmbito da 11.ª sessão do Comité contra a Tortura, em Genebra, na Suíça, a 16 de novembro de 1993.

#### **5. Consultor Jurídico Perito em Administração Pública do PROL – Projeto de Reforma dos Órgãos Locais, Ministério da Administração Estatal, Moçambique, de 1 de março de 1998 a 31 de março de 1999**

Projeto no âmbito da Direção Nacional de Administração Local do Ministério da Administração Estatal, da República de Moçambique, financiado pelo Banco Mundial.

O desempenho de funções de jurista especialista em Direito Público (*Jurist Specialist in Public Law*), no Grupo I – Institucional-Legal do PROL traduziu-se:

- i) na elaboração de projetos de diplomas de regulamentação da legislação autárquica, de projetos de regimentos dos órgãos autárquicos e posturas para os municípios, designadamente:
- modelo de regimento das assembleias municipais;
  - modelo de regimento dos conselhos municipais;
  - projeto de decreto sobre os princípios fundamentais a constarem dos regimentos das Assembleias Municipais;
  - anteprojecto de lei da Assembleia da República sobre a mobilidade dos funcionários entre o Estado e as autarquias;
  - projeto de decreto sobre os princípios fundamentais a constarem dos regimentos dos Conselhos Municipais;
  - projeto de modelo de postura municipal sobre os meios de publicidade destinados a propaganda comercial;
  - projeto de modelo de regulamento sobre o regime sancionatório municipal;
  - projeto de decreto sobre o estatuto dos funcionários e agentes da administração local e respetivos quadros de pessoal.
- ii) em assessoria jurídica, através da elaboração de informações e pareceres jurídicos para o Diretor Nacional de Administração Local do Ministério da Administração Estatal;
- iii) na participação em atividades de formação:
- Iº Seminário sobre legislação de enquadramento institucional e financeiro das autarquias, que teve lugar em Maputo, entre 8 a 12 de junho de 1998, com a lecionação do módulo relativo ao “Regime de funcionamento dos órgãos autárquicos”;
  - Curso de Introdução da Autarquia, que teve lugar em Maputo, entre 13 e 23 de outubro de 1998, com a lecionação do módulo relativo ao “Relacionamento entre a Assembleia Municipal e o Executivo”;



- Seminário de Formação Básica para Vereadores, que teve lugar em Nampula, entre 14 e 18 de dezembro de 1998, com a lecionação do módulo “Relacionamento entre a Assembleia e o Executivo”.

**6. Consultor internacional dos seminários “Formação de formadores em direitos humanos aos agentes da polícia e das forças armadas”, organizado pela UNOGBIS (Bureau d’appui des Nations Unies pour la consolidation de la paix en Guinée Bissau), entre 15 e 22 de junho de 2001, e entre 27 de maio e 7 de junho de 2002, em Bissau, República da Guiné-Bissau.**

**7. Assessor Científico, Presidente da Direção Técnica e Científica do Centro de Estudos e de Apoio às Reformas Legislativas da Faculdade de Direito de Bissau e Docente da Faculdade de Direito de Bissau**

#### **I. Assessor Científico da Faculdade de Direito de Bissau**

Desempenho das funções de Assessor Científico (equivalentes a Diretor para as áreas científicas e pedagógicas) da Faculdade de Direito de Bissau, durante quatro anos letivos, de setembro de 2007 a setembro de 2011.

No âmbito dessas funções:

- i) Organização da atividade de cooperação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em coordenação com o Instituto de Cooperação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- ii) Coordenação das atividades dos docentes portugueses a prestar serviço na Faculdade de Direito de Bissau ao abrigo da cooperação entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e a Faculdade de Direito de Bissau
- iii) Representação da cooperação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, junto das autoridades da República da Guiné-Bissau e da representação diplomática portuguesa em Bissau
- iv) Elaboração dos anteprojetos de atividades e dos anteprojetos de orçamentos a serem entregues ao IPAD – Instituto Português de Apoio à Cooperação

- v) Prestação de apoio ao Diretor da Faculdade de Direito de Bissau na gestão corrente da Faculdade de Direito de Bissau
- vi) Organização da distribuição do serviço docente da Faculdade de Direito de Bissau
- vii) Organização da seleção dos candidatos para a atribuição das bolsas de mestrado e de doutoramento concedidas pela Cooperação Portuguesa, e das bolsas de investigação concedidas pela Fundação Calouste Gulbenkian
- viii) Participação no processo de seleção dos candidatos à admissão na licenciatura em Direito da Faculdade de Direito de Bissau
- ix) Colaboração na divulgação das atividades da Faculdade de Direito de Bissau junto das organizações internacionais que desenvolviam atividade na República da Guiné-Bissau, com destaque para a Organização das Nações Unidas e a União Europeia

## **II. Presidente da Direção Técnica e Científica do Centro de Estudos e de Apoio às Reformas Legislativas da Faculdade de Direito de Bissau**

Desempenho das funções de Presidente da Direção Técnica e Científica do Centro de Estudos e de Apoio às Reformas Legislativas da Faculdade de Direito de Bissau, de setembro de 2007 a setembro de 2011, período em que foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- i) Coordenação da criação do Centro de Documentação na Assembleia Nacional Popular da República da Guiné-Bissau de dezembro 2007 a setembro de 2010
- ii) Elaboração de uma proposta sobre o estudo e a elaboração de um projeto de lei sobre a autonomia administrativa da zona insular, em junho de 2008
- iii) Coordenação dos Módulos de formação em Direito Penal e em Direito Processual Penal preparados para a Polícia Judiciária da República da República da Guiné-Bissau por docentes da Faculdade de Direito de Bissau, entre dezembro de 2007 e agosto de 2008

- iv) Elaboração de parecer jurídico de apreciação do projeto de decreto “Sobre a criação de zonas turísticas especiais”, em setembro de 2008
- v) Coordenação da Formação em Noções Gerais de Direito e da Ordem Jurídica da República da Guiné-Bissau para o Concurso de Admissão de Agentes para a Polícia Judiciária da República da Guiné-Bissau, entre novembro de 2008 e fevereiro de 2009
- vi) Coordenação do Seminário sobre a Lei Eleitoral para os Partidos Políticos, em outubro e novembro de 2009
- vii) Coordenação da elaboração do parecer jurídico sobre a Legalidade da rescisão pelo Governo das Licenças de Arrendamento de Mineração dos fosfatos de Farim na titularidade da GB Phosphate Mining, Lda, em março de 2009
- viii) Assessoria jurídica ao Presidente da República interino da República da Guiné-Bissau em matérias de direito constitucional, direito eleitoral e direito das forças armadas durante os meses de março e abril de 2009
- ix) Coordenação de dois seminários jurídicos sobre a Lei Eleitoral, no âmbito das eleições para Presidente da República em junho e julho de 2009
- x) Coordenação da equipa que elaborou um Anteprojeto de Lei de Processo do Contencioso Administrativo, entre maio e novembro de 2009
- xi) Coordenação da equipa que elaborou uma proposta de revisão intercalar do Código de Processo Penal, entre maio e novembro de 2009
- xii) Coordenação do projeto de criação de uma Base de Dados do Direito da Integração Regional Vigente na República da Guiné-Bissau (CEDEAO e UEMOA), entre julho e novembro de 2009
- xiii) Membro da Comissão organizadora da Conferência Nacional subordinada ao tema “Causas dos Conflitos na Guiné-Bissau, Prevenção, Resolução e Consequências” (nomeação pelo Despacho nº 67/GP/ANP/2009, de 3 de julho de 2009)

- xiv) Elaboração de um parecer jurídico sobre a questão de “Quem deve investir o Presidente da República eleito”, para a Assembleia Nacional Popular República da Guiné-Bissau, em 3 de setembro de 2009
- xv) Elaboração de uma nota sobre o projeto de Congresso Nacional da Justiça, para o Ministério da Justiça da República da Guiné-Bissau, em 17 de setembro de 2009
- xvi) Coordenação-geral do Projeto de Recolha e Codificação do Direito Consuetudinário Vigente na República da Guiné-Bissau, entre fevereiro de 2009 e novembro de 2011
- xvii) Coordenação da Equipa de Trabalho para a recolha e tratamento de contributos para a revisão do Código Civil da República da Guiné-Bissau, entre julho e novembro de 2009
- xviii) Coordenação da Equipa de Trabalho para a recolha e tratamento de contributos para a revisão do Código Penal da República da Guiné-Bissau, entre julho e novembro de 2009
- xix) Coordenação da equipa que elaborou um Anteprojeto de Lei Orgânica do Tribunal Administrativo da Guiné-Bissau, entre julho e novembro de 2009
- xx) Coordenação dos Módulos de Formação Jurídica a serem ministrados por Docentes da Faculdade de Direito de Bissau no IIº Curso de Agentes de Investigação Criminal da Polícia Judiciária da República da Guiné-Bissau, entre setembro e de dezembro de 2009
- xxi) Elaboração de um Anteprojeto de Lei de criação do *Boletim Oficial* em edição eletrónica, em novembro de 2009
- xxii) Elaboração do documento “Notas sobre a realização de um estudo de enquadramento das alternativas de atuação em face de um potencial conflito fronteiriço entre a República da Guiné-Bissau e a República do Senegal”, em 30 de novembro de 2009
- xxiii) Consultor Internacional em Direito Constitucional da Comissão Eventual de Revisão Constitucional da Assembleia Nacional Popular da República da Guiné-Bissau, entre dezembro de 2010 e fevereiro de 2011

**8. Assessoria jurídica ao Presidente da República interino da República da Guiné-Bissau em matérias de direito constitucional, direito eleitoral e direito das forças armadas durante o mês de março de 2009**

A assessoria jurídica ao Presidente da República interino da República da Guiné-Bissau traduziu-se na elaboração dos seguintes pareceres jurídicos:

- a) Marcação de eleições presidenciais pelo Presidente da República interino respeitando o número 3 do artigo 71 da Constituição da República da Guiné-Bissau – 12 de março de 2009
- b) Utilização do recenseamento eleitoral existente para a realização de eleições presidenciais respeitando o número 3 do artigo 71 da Constituição da República da Guiné-Bissau – 16 de março de 2009
- c) A admissibilidade constitucional da revisão do número 3 do artigo 71 da Constituição da Guiné-Bissau como forma de cumprir o imperativo constitucional da realização de eleições presidenciais no mais curto espaço de tempo possível – 18 de março de 2009
- d) A nomeação do Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas pelo Presidente da República interino – 19 de março de 2009

No âmbito da assessoria jurídica ao Presidente da República interino da República da Guiné-Bissau foram ainda elaborados:

- a) Projeto de revisão constitucional do artigo 71º da Constituição da República da Guiné-Bissau
- b) Tópicos para uma mensagem à Nação e à Assembleia Nacional Popular de Sua Excelência o Presidente da República interino, em conformidade com a alínea c) do artigo 68 da Constituição da República da Guiné-Bissau

**9. Coordenador Geral do Estudo sobre a Recolha e a Codificação do Direito Costumeiro em vigor na República da Guiné-Bissau (2008-2011) – publicado parcialmente como: *Direito Costumeiro Vigente na República da Guiné-Bissau. Balantas. Fulas. Mancanhas. Manjacos. Mandingas. Papéis*, [Bissau], [2011]**

Funções desempenhadas no âmbito do Projeto de Recolha e Codificação do Direito Consuetudinário Vigente na República da Guiné-Bissau: i) Coordenação Geral; ii) Coordenação Científica (Direito); iii) Elaboração dos

Inquéritos; iv) Redação dos Elencos de Normas Costumeiras; v) Redação das Matrizes de Comparação entre as Normas Costumeiras e o Direito Interno Escrito; e iv) elaboração do Relatório Final.

O projeto de recolha e codificação do direito consuetudinário vigente na República da Guiné-Bissau foi dividido em duas fases. A primeira fase foi concluída com a preparação de um primeiro esboço de codificação das normas costumeiras vigentes. A segunda fase terminou com uma versão final reformulada dos elencos de normas costumeiras vigentes e com uma matriz de confronto das normas costumeiras vigentes com o direito interno escrito vigente na República da Guiné-Bissau.

Os resultados finais obtidos na segunda fase do projeto traduzem a fusão de dois projetos, paralelos e justapostos, que tinham sido concluídos separadamente com o PNUD e o PAOSÉD/União Europeia. Em 6 de Fevereiro de 2009, com o *United Nations Development Program (UNDP)*, ao ser concluído com a Faculdade de Direito de Bissau um Memorandum of Agreement (contract reference: 00063685/001) relativo à “recolha e codificação de mecanismos tradicionais de resolução de conflitos utilizados contemporaneamente na República da Guiné-Bissau e apuramento do estatuto jurídico da mulher ao nível desses mecanismos tradicionais de resolução de conflitos”, também designado como “a study on traditional justice mechanisms”. E, em 17 de Julho de 2009, com o PAOSÉD – Programa de Apoio aos Órgãos de Soberania e ao Estado de Direito, ao ser adjudicado ao Centro de Estudos e de Apoio às Reformas Legislativas da Faculdade de Direito de Bissau, a “Elaboração de um estudo sobre Direito costumeiro – esferas Familiar, Sucessória, Propriedade e Direito Penal; grupos étnicos Fula, Balanta, Mandinga, Manjaco, Papel e Mancanha – Fase I – Recolha FDB e INEP, complementar ao estudo em curso sobre Resolução de Conflitos e Estatuto da Mulher nos grupos étnicos considerados (com financiamento do PNUD)”.

No final da primeira fase do projeto foram obtidos os seguintes resultados: i) Compilação de dados: 1575 páginas; e ii) Esboços de codificação: 312 páginas. No final da segunda fase do projeto foram obtidos dois volumes com o título *Direito Costumeiro Vigente na República da Guiné-Bissau. Balantas. Fulas. Mancanhas. Manjacos. Mandingas. Papeis*. O primeiro volume, com 512 páginas, abrange as normas costumeiras relativas ao poder tradicional, aos mecanismos de resolução de conflitos e ao estatuto da mulher. O segundo volume, com 466 páginas, abrange as normas costumeiras relativas à propriedade e uso da terra, família e sucessões e direito penal. Uma parte dos resultados alcançados foi publicado como *Direito Costumeiro Vigente na República da Guiné-Bissau. Balantas. Fulas. Mancanhas. Manjacos. Mandingas. Papeis*, Bissau, 2011, 560 pp. (Matriz de correspondência entre as normas consuetudinárias e a correspondente norma de direito do direito positivo

estadual e/ou situação jurídica analisada. Parte I - Poder tradicional. Parte II – Mecanismos de Resolução de Conflitos. Parte III – Estatuto da Mulher. Parte IV – Propriedade e Uso da Terra. Parte V – Família e Sucessões. Parte VI – Crimes e Penas).

Os resultados do projeto de recolha e de codificação do direito consuetudinário vigente na República da Guiné-Bissau culminam um conjunto de atividades de preparação e discussão do projeto, trabalho de campo, tratamento de dados e elaboração de um elenco de normas consuetudinárias que se desenrolaram entre 2009 e 2011, e abrangeram seis etnias: Balantas, Fulas, Mancanhas, Mandingas, Manjacos e Papeis.

Trata-se de uma recolha e codificação de usos e costumes das mais representativas etnias guineenses resultado da conjugação dos saberes e das competências da Faculdade de Direito de Bissau (FDB) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) nas áreas do direito, da antropologia e da sociologia.

Os trabalhos realizados foram concebidos e concretizados numa perspetiva primacialmente jurídica. Nestes termos, não-obstante representar um estudo de antropologia jurídica, o seu enquadramento é essencialmente normativo. É possível observar a prevalência da perspetiva jurídica a três níveis. Por um lado, os inquéritos utilizados nos trabalhos de campo foram elaborados tendo em vista o direito vigente na República da Guiné-Bissau. Por outro lado, as equipas de investigadores que recolheram os dados eram maioritariamente integradas por bissau-guineenses com formação jurídica obtida na Faculdade de Direito de Bissau. E, finalmente, o tratamento dos dados recolhidos nos trabalhos de campo foram levados a cabo por juristas, na sua maioria docentes da Faculdade de Direito de Bissau ou com participação anterior em trabalhos jurídicos relacionados com a Guiné-Bissau.

O estudo de recolha e de codificação do direito consuetudinário vigente contemporaneamente na República da Guiné-Bissau teve, desde a sua conceção, dois propósitos de natureza eminentemente prática. Em primeiro lugar, ajudar a esclarecer o efetivo conteúdo dos costumes para que remetem algumas leis do direito interno escrito vigente no ordenamento jurídico bissau-guineense. E, em segundo lugar, contribuir para apurar as zonas de compatibilidade e de incompatibilidade entre os vários direitos costumeiros vigentes na República da Guiné-Bissau e o direito escrito do Estado, nomeadamente no âmbito dos direitos fundamentais consagrados em sede constitucional.

A intenção de facilitar a leitura e uma possível utilização prática, com destaque para os juízes dos Tribunais de Sector, levou a que a sistematização do texto final das matrizes de comparação entre o direito consuetudinário e

o direito do Estado vigente fosse elaborada tendo em consideração alguns dos diplomas centrais do ordenamento jurídico da República da Guiné-Bissau, com destaque para o Código Civil, o Código do Processo Civil, o Código Penal e o Código do Processo Penal.

#### **10. *Co-Agent* e *Counsel* da República da Guiné-Bissau no Caso 19 – *M/V “Virginia G”*, no Tribunal Internacional do Direito do Mar (2011-2014)**

*Co-Agent* (Co-Agente) e *Counsel* (Conselheiro Jurídico) da República da Guiné-Bissau no Caso M/V “Virgínia G” (Caso nº 19), apreciado e decidido pelo Tribunal Internacional do Direito do Mar (International Tribunal for the Law of the Sea), entre julho de 2011 e abril de 2014.

Desempenho das seguintes funções jurídicas no âmbito do Caso nº 19 do Tribunal Internacional do Direito do Mar:

- i) Colaboração com o Professor Doutor Luís Menezes Leitão (*Agent* e *Counsel*) no desempenho das tarefas relacionadas com as questões de natureza processual, participando nas reuniões tidas com o Presidente do Tribunal Internacional do Direito do Mar, em diversas ocasiões no decurso do processo, e estando presente na sessão da leitura do acórdão a 14 de abril de 2014;
- ii) Coordenação dos contatos com a equipa de juristas guineenses que participaram no caso;
- iii) Colaboração na elaboração das peças processuais escritas apresentadas pela República da Guiné-Bissau no decurso das alegações escritas (*written proceedings*): *Counter-Memorial* (entregue a 28 de maio de 2012) e *Rejoinder* (entregue a 21 de novembro de 2012);
- iv) Elaboração do *Guinea-Bissau folder prepared in conformity with article 14 of the Guidelines Concerning the Preparation and Presentation of Cases before the Tribunal* (entregue a 26 de agosto de 2013);
- v) Participação nas alegações orais que tiveram lugar na sede do Tribunal Internacional do Direito do Mar, em Hamburgo, Alemanha, entre 2 e 6 de setembro de 2013;



- vi) Participação na elaboração das respostas da República da Guiné-Bissau às respostas postas pelos juízes do Tribunal Internacional do Direito do Mar no início das alegações orais (*oral proceedings*);
- vii) Participação na elaboração dos pedidos apresentados ao Tribunal Internacional do Direito do Mar no final das alegações orais (*final submissions*), a 6 de setembro de 2013.

### **11. Investigador Residente no *Institute for International and Comparative Law in Africa*, da Faculdade de Direito da Universidade de Pretória (República da África do Sul)**

Investigador Residente no *Institute for International and Comparative Law in Africa* (ICLA), *Faculty of Law, University of Pretoria*, na República da África do Sul, entre 23 de janeiro de 2012 e 30 de junho de 2013. Durante esse período eram diretores do ICLA a Professora Erik de Wet e o Professor Christof Heynes.

No decurso da permanência no ILCA foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- i) Colaboração na tradução de constituições africanas lusófonas para o Projeto *Oxford Constitutions Online*

Colaboração na preparação de traduções para inglês do articulado das constituições da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe a serem utilizadas no Projecto da *Oxford Constitutions Online*.

O *Institute of International and Comparative Law in Africa*, através da Professora Erika de Wet, era responsável pelo projecto *Oxford Constitutions Online* no continente africano. O Projecto da *Oxford Constitutions of the World* foi iniciado em 2012 e substituiu o anterior *Constitutions of the Countries of the World*, da editora Oceana. Na ocasião os coordenadores gerais do Projecto eram: o Professor Rüdiger Wolfrum, Director do Max Planck Institute for Comparative Law and International Law, o Professor Rainer Grote, Senior Research Fellow no Max Planck Institute, e a Professora Erika de Wet, Co-Directora do Institute for Comparative e Internacional Law in Africa.

- ii) Elaboração de estudos sobre as constituições dos Estados Africanos Lusófonos para o Projeto *Oxford Constitutions Online*

Elaboração de introduções em língua inglesa às Constituições da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe a ser utilizadas no Projecto da *Oxford Constitutions Online*.

- iii) Elaboração de uma Bibliografia Jurídica Geral dos Estados Africanos de Língua Oficial Portuguesa

A Bibliografia Jurídica Geral inclui os cinco Estados Africanos de Língua Oficial Portuguesa e cobre o período entre 1974 e 2013.

A versão em inglês foi disponibilizada pelo *Institute for International and Comparative Law in Africa* da Universidade de Pretória, e pela *OR Tambo Law Library* da Faculdade de Direito da Universidade de Pretória, no âmbito da *Law of Africa Collection*.

## **12. Colaboração com as atividades do *Centre for Comparative Law in Africa (CCLA)* da Universidade de Cape Town (República da África do Sul)**

No âmbito do protocolo existente entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e o *Centre for Comparative Law in Africa* da Universidade de Cape Town, dirigido pelo Professor Salvatore Mancuso, titular da cadeira de Direito Comparado em África, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- i) Participação no *Inaugural Methodology Workshop*, com uma conferência sobre “The collection and codification of customary law in force in the Republic of Guinea-Bissau”, a 22 de outubro de 2012
- ii) Colaboração no estudo da possibilidade de serem preparados projetos conjuntos de investigação com o *Centre for Comparative Law in Africa*, nomeadamente sobre temática do direito dos Estados Africanos de Língua Oficial Portuguesa e do direito da integração regional africana (com destaque para a OHADA).
- iii) Apresentação de um projeto de investigação ser prosseguido no ano letivo de 2013/2014: *Environmental standards applicable to extractive industries in Africa. An international law, regional African Law, and extraterritoriality of the laws of non-African states approach (june 2013)*, após discussão da matéria com os responsáveis pelas cadeiras de Direito Comparado, Direito Ambiental e Direito Costumeiro.
- iv) Membro do Scientific and Editorial Board do *Journal of Comparative in Africa – Revue de Droit Comparé en Afrique* (2014-2018)

## VI. OBRA CIENTÍFICA PUBLICADA

### I. MONOGRAFIAS, LIÇÕES IMPRESSAS E OUTROS ESTUDOS E EDITOR DE OBRA COLETIVA

- i) *A União Europeia. Fins, objectivos e estrutura orgânica*, Luso Livro, Lisboa, 1993 (reimpressão: *A União Europeia. Fins, objectivos e estrutura orgânica*, SPB – Editores & Livreiros, Lisboa, 1993)
- ii) *Os acordos mistos em Direito Comunitário. Contributo para a compreensão do seu fundamento jurídico*, SPB – Editores & Livreiros, Lisboa, 1997
- iii) *Ciência Política. Guia de estudo*, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Lisboa, 1999 (várias reimpressões)
- iv) *Ciência Política. Guia de estudo*, Coleção de Manuais II, Faculdade de Direito, Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1999
- v) *A internacionalização dos recursos naturais marinhos. Contributo para a compreensão do regime jurídico-internacional do aproveitamento conjunto de petróleo e de gás natural nas plataformas continentais, do potencial aproveitamento de recursos minerais na Área, da pesca no alto mar e os efeitos da regulamentação convencional respectiva em relação a terceiros Estados*, AAFFDL, Lisboa, 2005
- vi) *Relatório Final do Projecto de Recolha e Codificação do Direito Consuetudinário Vigente na República da Guiné-Bissau*, Bissau, 2011
- vii) *Direito Internacional do Mar – Guia de Estudo*, AAFFDL Editora, 2017
- viii) Marta Chantal Ribeiro, Fernando Loureiro Bastos e Tore Henriksen (editors), *Global Challenges and the Law of the Sea*, Springer, 2020 (ISBN 978-3-030-42670-5)
- ix) *Espaços Marítimos e Fronteiras Marítimas dos Estados e Território de Língua Portuguesa. Legislação Nacional e Compromissos Internacionais*, AAFFDL Editora, 2021, [organização com Daniela Martins Pereira da Silva]

## II. ARTIGOS INSERIDOS EM PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

- i) “Algumas notas sobre a interpretação do direito das Comunidades Europeias”, in *Democracia e Liberdade*, n° 32, jan/fev/mar 1985, pp. 121-142 (existe separata)
- ii) “Reconhecimento”, in *PÓLIS - Enciclopédia VERBO da Sociedade e do Estado*, vol. 5, 1987, colunas 70-74
- iii) “Algumas notas sobre a Zona Económica Exclusiva e a caracterização do Direito Internacional contemporâneo”, in *Política Internacional*, vol. I, n° 1, janeiro de 1990, pp. 195-215 (existe separata e reimpressão em 1993: *Algumas notas sobre a zona económica exclusiva e a caracterização do Direito Internacional contemporâneo*, Luso Livro, Lisboa, 1993)
- iv) “A União Europeia”, in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, vol. VII, 1996, pp. 543-569, em co-autoria com o Professor Doutor Fausto de Quadros (existe separata)
- v) “Os limites à capacidade de vinculação internacional do Estado português. Em especial os derivados da participação de Portugal na União Europeia”, in Jorge MIRANDA (org.), *Perspectivas constitucionais. Nos 20 anos da Constituição de 1976*, vol. III, 1998, Coimbra Editora, pp. 911-975 (existe separata)
- vi) “O procedimento de vinculação internacional”, in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, 1° Suplemento, 1998, pp. 371-398 (existe separata)
- vii) “Municípios, legislação autárquica e contencioso administrativo em Moçambique. Oito problemas à procura de solução”, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. XL, 1999, n° 1-2, pp. 45-70 (existe separata)
- viii) “As relações entre os órgãos do município na legislação autárquica moçambicana”, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. XLI, 2000, n° 2, pp. 1051-1123 (existe separata)
- ix) “Algumas notas sobre a doutrina de Direito do Mar publicada em Portugal entre 1945 e 2003 e o contributo fundamental do Professor Doutor Armando M. Marques Guedes para a difusão

do seu estudo”, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Armando M. Marques Guedes*, 2004, pp. 691-732 (existe separata)

- x) “Perante uma “Constituição” será que ainda é possível continuar a falar em “tratado”? Algumas considerações jusinternacionalistas sobre o Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa”, *O Direito*, Ano 137, números IV-V, 2005, pp. 699-730 (existe separata)
- xi) “Contributo para o estudo da doutrina de Direito do Mar publicada em Portugal no século XIX e no século XX até 1945”, in *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Joaquim da Silva Cunha*, Coimbra Editora, 2005, pp. 289-328 (existe separata)
- xii) “Uma conversa inacabada com o Professor Doutor António Marques dos Santos: a faceta jusinternacionalista do Professor Doutor José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães”, in *Estudos em memória do Professor Doutor António Marques dos Santos*, volume II, Almedina, 2005, pp. 295-335 (existe separata)
- xiii) “Contributo para o estudo da doutrina de Direito Internacional Público publicada em Portugal entre a criação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1913) e a segunda edição do *Curso de Direito Internacional Público* do Professor Doutor André Gonçalves Pereira (1970)”, in *Homenagem ao Prof. Doutor André Gonçalves Pereira*, Coimbra Editora, 2006, pp. 679-746 (existe separata)
- xiv) “A propósito da primeira obra jurídica do Professor Doutor Marcello Caetano (*Um grande jurista português – Fr. Serafim de Freitas*): a doutrina de Direito Internacional Público publicada em Portugal durante a monarquia constitucional”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Marcello Caetano. No centenário do seu nascimento*, volume I, Coimbra Editora, 2006, pp. 407-447 (existe separata)
- xv) “Os limites ao poder constituinte. Algumas considerações sobre a feitura e a modificação de uma constituição de um Estado de Direito”, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. XLVII, 2006, n.ºs 1 e 2, 55-76 (existe separata)
- xvi) “A União Europeia e a União Africana – pode um puzzle de que não se conhece a imagem final servir de modelo à integração do continente africano?”, in *Estudos jurídicos e económicos em Homenagem*

ao Prof. Doutor António de Sousa Franco, volume I, Coimbra Editora, 2006, pp. 1009-1044 (existe separata)

- xvii) “A evolução futura da cooperação transfronteiriça nos domínios do Ambiente e do Ordenamento do Território nas zonas costeiras e no espaço marítimo”, in *Prof. Doutor Inocêncio Galvão Telles: 90 anos. Homenagem da Faculdade de Direito de Lisboa*, Almedina, 2007, pp. 405-450 (existe separata)
- xviii) “Os limites ao poder constituinte. Algumas considerações sobre a feitura e a modificação de uma constituição de um Estado de Direito”, *Boletim da Faculdade de Direito de Bissau*, nº 8, [2008], pp. 475-497
- xix) “A Internet e a promoção do Direito Internacional. Elementos para um guia de investigação jusinternacional”, in *Estudos em honra do Professor Doutor José de Oliveira Ascensão*, volume II, Almedina, 2008, pp. 1659-1743
- xx) “Os poderes do Presidente da República interino na República da Guiné-Bissau: a marcação de eleições presidenciais”, in Fernando Loureiro Bastos (Coordenador), *Estudos Comemorativos dos Vinte Anos da Faculdade de Direito de Bissau, 1990-2010*, volume II, Lisboa-Bissau, 2010, pp. 609-667
- xxi) “O Direito Internacional na Constituição moçambicana de 2004”, *O Direito*, Ano 142, nº 3, 2010, pp. 435-464 (também publicado em António Menezes Cordeiro (coordenador), *Centenário do Nascimento do Professor Doutor Paulo Cunha. Estudos em Homenagem*, Almedina, 2012, pp. 327-358 (para onde foi inicialmente enviado em 2007); e em Helena Telino Neves Godinho e Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza (coordenadores), *Direito Constitucional em Homenagem a Jorge Miranda*, Del Rey Editora, Belo Horizonte, 2011, pp. 171-202
- xxii) “A União Europeia após o Tratado de Lisboa. Uma reflexão sobre a fase actual da integração europeia e algumas das brechas intergovernamentais que podem ser detectadas na sua construção”, *Cadernos O Direito* 5, 2010, pp. 65-87 (existe separata)
- xxiii) “Algumas considerações sobre a produção de efeitos dos tratados de protecção do ambiente no espaço marinho”, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Sérvulo Correia*, volume IV, 2010, pp.

- 301-341 (também publicado em *Jus Scriptum. Boletim do Núcleo de Estudantes Luso-Brasileiros da Faculdade da Universidade de Lisboa*, Jan/Jun 2007, pp. 4-30 - edição electrónica disponível em <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewFile/31966/31212> e na *Nomos - Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)*, vol. 30.1, Jan/Jun, 2011, nº 1, pp. 213-250, edição electrónica disponível em <http://mdf.secrel.com.br/dmdocuments/2011.1.pdf>)
- xxiv) “Os poderes do Estado português no mar”, in Nuno Vieira Matias, Viriato Soromenho-Marques, João Falcato e Aristides Leitão (editores), *Políticas Públicas do Mar. Para um novo conceito estratégico*, Esfera do Caos, 2010, p. 35-65
- xxv) “O Direito Internacional na Constituição moçambicana de 2004”, in António Menezes Cordeiro (coordenador), *Centenário do Nascimento do Professor Doutor Paulo Cunha. Estudos em Homenagem*, Almedina, 2012, pp. 327-358 - para onde foi inicialmente enviado em 2007 – (também publicado em *O Direito*, Ano 142, nº 3, 2010, pp. 435-464; e em Helena Telino Neves Godinho e Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza (coordenadores), *Direito Constitucional em Homenagem a Jorge Miranda*, Del Rey Editora, Belo Horizonte, 2011, pp. 171-202)
- xxvi) “A recolha e a codificação do direito costumeiro vigente na República da Guiné-Bissau”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda*, vol. I: Direito Constitucional e Justiça Constitucional, 2012, pp. 697-722
- xxvii) “Contributo para o aperfeiçoamento da lei fundamental vigente na República da Guiné-Bissau”, in Jorge Miranda, J.J. Gomes Canotilho, José de Sousa Brito, Miguel Nogueira de Brito, Margarida Lima Rego e Pedro Múrias (editores), *Estudos em Homenagem a Miguel Galvão Teles*, vol. I: *Teoria e Filosofia do Direito e da Política e Direito Público*, 2012, pp. 307-327
- xxviii) “Algumas reflexões sobre o constitucionalismo, o pluralismo jurídico e a segurança jurídica na República da Guiné-Bissau”, in Fernando Alves Correia, Jónatas E. M. Machado e João Carlos Loureiro (Organizadores), *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Joaquim Gomes Canotilho*, vol. II: *Constituição e Estado: entre Teoria e Dogmática*, 2012, pp. 123-142

- xxix) “Os modelos de governação dos oceanos e a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar”, *Direito & Política – Law & Politics*, n.º 2, 2013, pp. 6-21
- xxx) “The governance models for oceans and the United Nations Convention on the Law of the Sea”, *South African Yearbook of International Law*, vol. de 2012 (2013), pp. 111-130
- xxxii) “O Direito Internacional do Mar e os poderes dos Estados costeiros”, *Revista Jurídica da Universidade de Santiago (Cabo Verde)*, Ano I, n.º 1 – Jan./Dez., 2013, pp. 133-146 (também publicado como “O Direito Internacional do Mar e os poderes dos Estados costeiros”, in Rui Guerra da Fonseca e Miguel Assis Raimundo, *Direito Administrativo do Mar*, 2014, pp. 15-33)
- xxxiii) “O Direito Internacional do Mar e os poderes dos Estados costeiros”, in Rui Guerra da Fonseca e Miguel Assis Raimundo, *Direito Administrativo do Mar*, 2014, pp. 15-33 (também publicado como “O Direito Internacional do Mar e os poderes dos Estados costeiros”, *Revista Jurídica da Universidade de Santiago (Cabo Verde)*, Ano I, n.º 1 – Jan./Dez., 2013, pp. 133-146)
- xxxiiii) “Zona económica exclusiva: de quem e para quê? A propósito de uma decisão de revista excepcional do Supremo Tribunal Administrativo Acórdão de 20 de Fevereiro de 2014, proc.º n.º 978/13”, *Revista do Ministério Público*, Ano 35, n.º 138, Abr-Jun 2014, pp. 257-273, em co-autoria com a Professora Doutora Carla Amado Gomes (existe separata)
- xxxv) “Alocação do Professor Fernando Loureiro Bastos - no 1.º Painel “Sistema de Autoridade Marítima – Um sistema Pluriministerial para diferentes funções”, da Conferência O sistema de Autoridade Marítima: Perspectiva da Segurança e dos Direitos dos Cidadãos”, publicado como Associação Sócio-Profissional da Polícia Marítima, 1.ª Conferência “O sistema de Autoridade Marítima” Perspectiva da Segurança e dos Direitos dos Cidadãos, 14 de Novembro de 2013, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Intervenções e debate, 2014, pp. 24-35 [o texto publicado corresponde à transcrição da intervenção oral] (disponível no sítio da Associação Sócio Profissional da Polícia Marítima – [www.asppm.pt](http://www.asppm.pt) e em versão E-book)
- xxxvi) “Setting the field for future ‘mineral rushes’: some reflections on the international regime for the exploitation and exploration of



- marine minerals”, in Marta Chantal Ribeiro (coordenadora), *30 Anos da Assinatura da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar: Protecção do Ambiente e o Futuro do Direito do Mar – 30 Years After the Signature of the United Nations Convention on the Law of the Sea: the Protection of the Environment and the Future of the Law of the Sea*, Coimbra Editora, 2014, pp. 119-146
- xxxvi) “Uma visão panorâmica sobre as relações entre os poderes judicial e executivo nos Estados Africanos de Língua Oficial Portuguesa”, *Revista do Ministério Público*, Ano 35, n° 140, Out-Dez 2014, pp. 177-218 (existe separata)
- xxxvii) “Some notes on the Advisory Opinion of 1 February 2011 of the Sea-Bed Disputes Chamber. Are we in the presence of a glimpse of the future evolution of the jurisprudence of the International Tribunal for the Law of the Sea?”, in J. M. Sobrino Heredia (Dir.), in *La contribución de la Convención de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar a la Buena Governanza de los Mares Y Océanos – The Contribution of the United Nations Convention on the Law of the Sea to Good Governance of the Oceans and Seas – La contribution de la Convención des Nations Unies sur le Droit de la Mer à la Bonne Gouvernance des Mers et des Océans. IV Colloque Ordinaire de L’Association Internationale du Droit de la Mer*, Editoriale Scientifica, vol. I, pp. 343-362, 2014 (ISBN 978-88-6342-638-0)
- xxxviii) “The Democratic Republic of São Tomé and Príncipe: Introductory Note”, *Oxford Constitutions of the World e Oxford Constitutions Online*, Oxford University Press, 2014
- xxxix) “The Democratic Republic of São Tomé and Príncipe: Selected Bibliography”, *Oxford Constitutions of the World e Oxford Constitutions Online*, Oxford University Press, 2014
- xl) “The Republic of Guinea-Bissau: Introductory note”, *Oxford Constitutions of the World e Oxford Constitutions Online*, Oxford University Press, 2015
- xli) “The Republic of Guinea-Bissau: Select Bibliography”, *Oxford Constitutions of the World e Oxford Constitutions Online*, Oxford University Press, 2015
- xlii) “O contributo do Tribunal Internacional do Direito do Mar para a clarificação dos poderes dos Estados costeiros na zona económica exclusiva”, in Marta Chantal Ribeiro (coord.), *20 anos*

*da entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar: Portugal e os recentes desenvolvimentos no Direito do Mar*, Porto, CIIMAR – FDUP, 2015, pp. 37-53 (e-book disponível em <http://www.ciimar.up.pt>)

- xliii) “A definição de “águas marinhas” na directiva-quadro «Estratégia marinha»: uma aproximação ao conceito através do Direito Internacional do Mar», in Actas do III Congresso Internacional do Mar, [2015], pp. 117-128 (disponível em Universidade Lusíada - III Congresso Internacional do Mar, [actas.lis.ulusiada.pt/index.php/cim/article/view/264](http://actas.lis.ulusiada.pt/index.php/cim/article/view/264))
  
- xliv) “A Southern African Approach to the Permanent Sovereignty over Natural Resources and Common Resource Management Systems”, in Marc Bungenberg and Stephan (editors), *Permanent Sovereignty over Natural Resources*, Springer, 2015, pp. 61-78 (ISBN 978-3-319-15737-5) (inicialmente divulgado como Working Paper 2013/01 – FoKos – ForschungsKollegSiegen, Universitat Siegen – disponível em [www.uni-siegen.de/fokos](http://www.uni-siegen.de/fokos))
  
- xlv) “The collection and codification of customary law in force in the Republic of Guinea-Bissau”, in Salvatore Mancuso and Charles M. Fombad (editors), *Comparative Law in Africa. Methodologies and concepts*, Juta, 2015, pp. 142-161 (ISBN 978-1-48510-745-3)
  
- xlvi) “Introdução à Constituição da República de São Tomé e Príncipe”, in Paulo Otero, Carla Amado Gomes e Tiago Serrão (coordenadores), *Estudos em Homenagem a Rui Machete*, Almedina, 2015, pp. 283-308
  
- xlvii) “Bibliografia de Direito Privado, Processo Civil, Justiça e Profissões Jurídicas de Cabo Verde”, *Revista Cabo-Verdiana de Ciências Jurídicas e Sociais (Cabo Verde)*, Ano I, nº 1 Jan/Jun 2016, pp. 115-127 (em co-autoria com José Pina Delgado, Professor Graduado do ISCJS e Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional de Cabo Verde)
  
- xlviii) “Bibliografia Cabo-Verdiana de Direito Internacional, Direito Público Externo, Política Externa e Relações Internacionais”, *Revista Cabo-Verdiana de Ciências Jurídicas e Sociais (Cabo Verde)*, Ano I, nº 1 Jan/Jun 2016, pp. 129-143 (em co-autoria com José Pina Delgado, Professor Graduado do ISCJS e Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional de Cabo Verde)

- xlix) “An overview of judicial and executive relations in Lusophone Africa”, in Charles M. Fombad (edit.), *Separation of Powers in African Constitutionalism*, Stellenbosch Handbooks in African Constitutional Law, Oxford University Press, 2016, pp. 159-181
- l) “An overview of the International Inspection and Control Mechanisms”, in Dário Moura Vicente, *Towards a Universal Justice? Putting International Courts and Jurisdictions into Perspective*, Brill – Nijhoff, Leiden – Boston, 2016, pp. 59-73 (ISBN 978-90-04-29870-5)
- li) “Guinea-Bissau”, in Gerhard Robbers e W. Cole Durham, Jr. (general editors) e Donlu Thayer (associate editor), *Encyclopedia of Law and Religion*, vol. 1: Africa, Brill, Leiden e Boston, Brill, 2016 pp. 138-141 (ISBN 978-90-04-32288-2) – também disponível em edição online, desde 2015, em Brill Online
- lii) “Intervenção sobre Moçambique na Mesa Redonda: desenvolvimentos recentes em matéria de poder local nos novos Países de Língua Portuguesa”, in José de Melo Alexandrino e Mário Ramos Pereira Silva (coordenadores), *II Jornadas de Direito Municipal Comparado Lusófono*, AAFDL/ISCJS, Lisboa/Praia, 2016, pp. 98-104
- liii) “Algumas notas sobre globalização e extraterritorialidade”, in Marcelo Rebelo de Sousa e Eduardo Vera-Cruz Pinto (coordenadores), *Liber Amicorum Fausto de Quadros*, vol. I, Almedina, 2016, pp. 437-453
- liv) “Introdução à Constituição da República da Guiné-Bissau”, in Maria Lúcia Amaral e Selma Pedroso Bettencourt (organização), *Estudos em Homenagem ao Conselheiro Presidente Rui Moura Ramos*, vol. II, Almedina, 2016, pp. 111-157
- lv) “Os poderes do Estado português no espaço marítimo adjacente ao seu território no quadro da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, da Lei n.º 34/2006, de 28 de julho e do Direito da União Europeia”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 2016, série 123, n.º 1-12, pp. 27-38
- lvi) “Um exemplo dos desafios postos pela aceitação do pluralismo jurídico. O direito costumeiro em vigor na República da Guiné-Bissau”, in Helena Mota, Juliana Ferraz Coutinho, Maria Raquel Guimarães, Miguel Pestana de Vasconcelos, Paulo de Tarso

Domingues e Rute Teixeira Pedro (editores), *Estudos Comemorativos dos 20 Anos da FDUP*, vol. 1, 2017, pp. 437-460

- lvii) “O acesso de navios aos portos em Direito Internacional”, Eduardo Vera-Cruz Pinto, José Rodolpho Perazzolo, Luís Roberto Barroso, Marco António Marques da Silva e Maria Cristina de Cicco (coordenação), *Refugiados, Imigrantes e Igualdade dos Povos. Estudos em Homenagem a António Guterres*, São Paulo, 2017, pp. 573-578
  
- lviii) “Potencial dos recursos marinhos no Crescimento Azul: o lugar do Direito”, in Cláudia Sofia Melo Figueiras, Isabel Celeste Monteiro, Joaquim Freitas da Rocha e Pedro Madeira Froufe (Coordenadores), *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor António Cândido de Oliveira*, 2017, pp. 329-342
  
- lix) “Guiné-Bissau”, in P. Vrancken e M. Tsamenyi (edit.), *The Law of the Sea: The African Union and its Member States*, Juta, 2017 pp. 406-433 (em Co-Autoria, com Adilson Dywyná Djabulá)
  
- lx) “O Porto e o Direito Internacional do Mar”, in Januário da Costa Gomes (Coordenador), *IV Jornadas de Lisboa de Direito Marítimo*, Almedina, 2018, pp. 663-685
  
- lxi) “O uso da força e a guerra no espaço marítimo”, in Roberto Correia da Silva Gomes Caldas, Jamile Bergamaschine Mata Diz, Manuel de Almeida Ribeiro e Isabel Cabrita (Coordenadores), *Guerra e Paz no Século XXI. Políticas e Direito Internacional*, Almedina, 2018, pp. 199-217
  
- lxii) “O regime jurídico-internacional da Área. Alguns aspetos da sua história, do âmbito material de aplicação e dos contributos para a preservação da biodiversidade dos fundos marinhos”, in André de Paiva Toledo e Virgine J. M. Tassin (eds), *Guia de Navegação da Biodiversidade Marinha para Além da Jurisdição Nacional – Guide to the Navigation of Marine Biodiversity Beyond National Jurisdiction – Guide de Navigation de la Biodiversité Marine au-delà de la Jurisdiction Nationale*, Editora D’Plácido, 2018, pp. 247-291
  
- lxiii) “O Direito Internacional do Mar e as leis da guerra”, in Maria Luísa Duarte e Rui Tavares Lanceiro (coord.), *O Direito*

*International e o Uso da Força no Século XXI*, AAFDL, 2018, pp. 17-39

- lxiv) “Transparência e opacidade na regulamentação jurídica dos mercados da arte”, in Maria Amélia Bulhões, Bruna Fetter e Nei Vargas da Rosa (organizadores), *Arte Além da Arte. Anais do 1º Simpósio Internacional de Relações Sistêmicas da Arte*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018, pp. 314-325 (disponível online: [anais-arte-alc3a9m-da-arte.pdf](https://anais-arte-alc3a9m-da-arte.pdf))
  
- lxv) “Some notes about International Law in the Constitutions of the Lusophone African States”, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa/Lisbon Law Review*, vol. LVIX, 2018/2, pp. 23-42
  
- lxvi) “Natural resources and Arctic”, in Marc Bungenberg, Markus Krajewski, Christian J. Tams, Jörg Philipp Terhechte e Andreas R. Ziegler (editors), *European Yearbook of International Economic Law 2018*, Springer, 2019, pp. 289-312 (publicado online: 13 December 2018)
  
- lxvii) “Tratado Relativo à Harmonização em África do Direito dos Negócios”, in Dário Moura Vicente (coordenação), *OHADA. Tratado, Regulamentos e Actos Uniformes*, 2ª ed. revista e actualizada, Almedina, 2019, pp. 11-30 (tradução e texto consolidado)
  
- lxviii) “O dilema constitucional na Guiné-Bissau: rever o texto vigente ou mudar de constituição?”, in *Justiça e Direitos Humanos na Guiné-Bissau. Debates e perspectivas*, ACEP-CEsA, 2019, pp. 124-144
  
- lxix) “Tratado Relativo à Harmonização em África do Direito dos Negócios”, in Dário Moura Vicente (coordenação), *OHADA. Tratado, Regulamentos e Actos Uniformes*, 2ª ed. revista e actualizada, Almedina, 2019, pp. 11-30 (tradução e texto consolidado)
  
- lxx) “Customary Law in Lusophone Africa (Angola, Guinea-Bissau and Mozambique)”, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Lisbon Law Review*, vol. LX, nº 1, 2019, pp. 55-75
  
- lxxi) “Relações entre a Convenção e o direito internacional do mar”, in Paulo Pinto de Albuquerque (Org.), *Comentário da Convenção*

*Europeia dos Direitos Humanos e dos Protocolos Adicionais*, vol. I, Universidade Católica Editora, 2019, pp. 335-364

- lxxii) “Algumas notas sobre o Direito Internacional nas Constituições dos Estados Africanos Lusófonos”, *Revista da Faculdade de Direito [da Universidade Nacional Timor Lorosa’e]*, Ano II, nº 2, 2019, pp. 105-128
- lxxiii) “Legal implications of street art as a ‘democratized’/’open’ form of art”, *Revista Opinião Jurídica*, ano 18, nº 28, maio/ago.2020, pp. 210-230 (acessível como: doi:10.12662/2447-6641oj.v18i28.p210-230.2020)
- lxxiv) “Acordos e tratados internacionais”, in José Eduardo Franco e Cristina Trindade (coordenação), *Madeira Global. Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, vol. 1, Theya Editores, 2019, pp. 51-56
- lxxv) “Áreas marinhas protegidas”, in José Eduardo Franco e Cristina Trindade (coordenação), *Madeira Global. Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, vol. 1, Theya Editores, 2019, pp. 563-569
- lxxvi) “Subjectividade internacional e a defesa da Área como património comum da humanidade”, in Maria Luísa Duarte, Rui Tavares Lanceiro e Francisco de Abreu Duarte (coord.), *Ordem Jurídica Global do Século XXI. Sujeitos e Actores no Palco Internacional*, AAFDL, 2020, pp. 357-389
- lxxvii) “Some critical reflections on the Guinea-Bissau constitution and the need of its improvement”, in Mário Ferreira Monte, Joaquim Freitas da Rocha e Maria de Assunção do Vale Pereira (coordenação), *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Wladimir Brito*, Almedina, 2020, pp. 387-403
- lxxviii) “Contributo para o estudo da codificação do direito consuetudinário em Moçambique”, in Dário Moura Vicente, Henriques José Henriques, Catarina Matos Salgado e Almeida Zacarias Machava (organizadores), *Estudos Comemorativos dos 30 Anos de Cooperação entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*

e a Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane, AAFDL Editora, Lisboa, 2021, pp. 499-536

- lxxix) “As fontes de direito externas não convencionais na legislação portuguesa do património cultural”, in Gustavo Ferraz de Campos Monaco e Maria Rosa Loula (coordenadores), *Direito Internacional e Comparado: Trajetórias e Perspectivas. Homenagem aos 70 anos do Professor Catedrático Rui Manuel Moura Ramos, Volume II Direito Constitucional, Direito da Nacionalidade, Direito Internacional Público e Direito Europeu*, Editora Quartier Latin do Brasil, 2021, pp. 193-212
- lxxx) “Accountability Mechanisms: European Bank for Reconstruction and Development”, *Max Planck Encyclopedia of International Procedural Law*, [divulgado em janeiro de 2021, atualizado a maio de 2020]
- lxxxi) “Direito Internacional Agrário (ou da Agricultura)”, in Rute Saraiva (coordenação), *Direito Agrário e Sustentabilidade*, AAFDL Editora, 2021, pp. 137-166
- lxxxii) “O Caso M/V Virginia G (Panama/Guinea-Bissau)”, in André de Paiva Toledo e Tiago V. Zanella (orgs), *Tribunal Internacional do Direito do Mar. 25 anos de Jurisdição em Homenagem ao Professor Vicente Paiva Rangel*, Editora D’Plácido, 2021, pp. 633-674
- lxxxiii) “A subida do nível do mar e a vulnerabilidade do território terrestre dos Estados costeiros”, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa/Lisbon Law Review*, Ano LXII, Número Temático: Vulnerabilidade(s) e Direito, 2021, nº 1 – tomo 1, pp. 231-258
- lxxxiv) “Introduction” [to Part 4 The contribution of the International Tribunal for the Law of the Sea (ITLOS) to the Development of the Law of the Sea], in Patrícia Galvão Teles e Manuel Almeida Ribeiro (editors), *Case-Law and the Development of International Law. Contributions by International Courts and Tribunals*, Brill – Nijhoff, 2022, pp. 177-179

- lxxxv) “As elevadas esperanças geradas pelo Parecer Consultivo de 1 de fevereiro de 2011 e o regresso à dura realidade com o Caso M/V Virgínia G (Panamá/Guiné-Bissau)”, in Hugo Ramos Alves (coordenação), *Estudos Comemorativos dos 30 anos da Faculdade de Direito de Bissau*, AAFDL, 2021, pp. 311-351
- lxxxvi) “Art Market(s): from unregulated deals to the pursuit of transparency?”, (Mercado(s) da arte: de negócios a-jurídicos para a procura da transparência?) *RDDUL-LLR*, vol. LXII, 2021, n° 2, pp. 149-167
- lxxxvii) “Algumas notas sobre o Parecer Consultivo de 1 de fevereiro de 2011 da Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos. Estaremos em presença de um vislumbre da evolução futura da jurisprudência do Tribunal Internacional do Direito do Mar?”, in Hugo Ramos Alves (organização), *Boletim da Faculdade de Direito de Bissau*, n° 9, 2022, pp. 71-96
- lxxxviii) “Património comum da humanidade e governação de espaços comuns”, *Boletim da Faculdade de Direito de Bissau*, n° 10, 2022, pp. 111-127
- lxxxix) “Algumas notas sobre a produção de efeitos dos atos uniformes da Organização para a Harmonização em África do Direito dos Negócios (OHADA) na ordem jurídica dos seus Estados membros”, in Hugo Ramos Alves (organização), *Estudos sobre a OHADA II*, AAFDL Editora, 2022, pp. 41-68
- xc) “Comentário à Parte VII Alto Mar”, in Wladimir Brito e Fátima Castro Moreira (coordenação), *Comentários à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar*, Almedina, 2022, pp. 297-329
- xcii) “Comentário à Parte XVII Disposições finais”, in Wladimir Brito e Fátima Castro Moreira (coordenação), *Comentários à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar*, Almedina, 2022, pp. 595-623 (em coautoria com Tiago V. Zanella)



- xcii) “Aquiescência”, in Dário Moura Vicente, Fernando Loureiro Bastos, Manuel Almeida Ribeiro, Aziz Tuffi Saliba, Marcílio Toscano Franca Filho e Paulo Borba Casela (coordenadores), *Enciclopédia Luso-Brasileira de Direito Internacional*, D.Quixote, 2023, pp. 103-105
- xciii) “Canais internacionais”, in Dário Moura Vicente, Fernando Loureiro Bastos, Manuel Almeida Ribeiro, Aziz Tuffi Saliba, Marcílio Toscano Franca Filho e Paulo Borba Casela (coordenadores), *Enciclopédia Luso-Brasileira de Direito Internacional*, D.Quixote, 2023, pp. 182-185
- xciv) “Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”, in Dário Moura Vicente, Fernando Loureiro Bastos, Manuel Almeida Ribeiro, Aziz Tuffi Saliba, Marcílio Toscano Franca Filho e Paulo Borba Casela (coordenadores), *Enciclopédia Luso-Brasileira de Direito Internacional*, D.Quixote, 2023, pp. 250-255
- xcv) “Delimitação de fronteiras marítimas”, in Dário Moura Vicente, Fernando Loureiro Bastos, Manuel Almeida Ribeiro, Aziz Tuffi Saliba, Marcílio Toscano Franca Filho e Paulo Borba Casela (coordenadores), *Enciclopédia Luso-Brasileira de Direito Internacional*, D.Quixote, 2023, pp. 399-403
- xcvi) “Direito Internacional do Mar”, in Dário Moura Vicente, Fernando Loureiro Bastos, Manuel Almeida Ribeiro, Aziz Tuffi Saliba, Marcílio Toscano Franca Filho e Paulo Borba Casela (coordenadores), *Enciclopédia Luso-Brasileira de Direito Internacional*, D.Quixote, 2023, pp. 435-438
- xcvii) “Dualismo”, in Dário Moura Vicente, Fernando Loureiro Bastos, Manuel Almeida Ribeiro, Aziz Tuffi Saliba, Marcílio Toscano Franca Filho e Paulo Borba Casela (coordenadores), *Enciclopédia Luso-Brasileira de Direito Internacional*, D.Quixote, 2023, pp. 482-484
- xcviii) “Efeitos dos tratados em relação a terceiros”, in Dário Moura Vicente, Fernando Loureiro Bastos, Manuel Almeida Ribeiro, Aziz Tuffi Saliba, Marcílio Toscano Franca Filho e Paulo Borba

Casela (coordenadores), *Enciclopédia Luso-Brasileira de Direito Internacional*, D.Quixote, 2023, pp. 492-495

- xcix) “Estados federados”, in Dário Moura Vicente, Fernando Loureiro Bastos, Manuel Almeida Ribeiro, Aziz Tuffi Saliba, Marcílio Toscano Franca Filho e Paulo Borba Casela (coordenadores), *Enciclopédia Luso-Brasileira de Direito Internacional*, D.Quixote, 2023, pp. 528-531
- c) “Estreitos”, in Dário Moura Vicente, Fernando Loureiro Bastos, Manuel Almeida Ribeiro, Aziz Tuffi Saliba, Marcílio Toscano Franca Filho e Paulo Borba Casela (coordenadores), *Enciclopédia Luso-Brasileira de Direito Internacional*, D.Quixote, 2023, pp. 537-543
- ci) “Fontes de Direito Internacional Público”, in Dário Moura Vicente, Fernando Loureiro Bastos, Manuel Almeida Ribeiro, Aziz Tuffi Saliba, Marcílio Toscano Franca Filho e Paulo Borba Casela (coordenadores), *Enciclopédia Luso-Brasileira de Direito Internacional*, D.Quixote, 2023, pp. 553-557
- cii) “Interpretação de tratados”, in Dário Moura Vicente, Fernando Loureiro Bastos, Manuel Almeida Ribeiro, Aziz Tuffi Saliba, Marcílio Toscano Franca Filho e Paulo Borba Casela (coordenadores), *Enciclopédia Luso-Brasileira de Direito Internacional*, D.Quixote, 2023, pp. 660-663
- ciii) “Organização para a Harmonização em África do Direito dos Negócios (OHADA)”, in Dário Moura Vicente, Fernando Loureiro Bastos, Manuel Almeida Ribeiro, Aziz Tuffi Saliba, Marcílio Toscano Franca Filho e Paulo Borba Casela (coordenadores), *Enciclopédia Luso-Brasileira de Direito Internacional*, D.Quixote, 2023, pp. 821-825
- civ) “Plenos poderes”, in Dário Moura Vicente, Fernando Loureiro Bastos, Manuel Almeida Ribeiro, Aziz Tuffi Saliba, Marcílio Toscano Franca Filho e Paulo Borba Casela (coordenadores), *Enciclopédia Luso-Brasileira de Direito Internacional*, D.Quixote, 2023, pp. 911-913

- cv) “Pronta libertação das embarcações e das suas tripulações”, in Dário Moura Vicente, Fernando Loureiro Bastos, Manuel Almeida Ribeiro, Aziz Tuffi Saliba, Marcílio Toscano Franca Filho e Paulo Borba Casela (coordenadores), *Enciclopédia Luso-Brasileira de Direito Internacional*, D.Quixote, 2023, pp. 937-940
- cvii) “*Rebus sic stantibus*”, in Dário Moura Vicente, Fernando Loureiro Bastos, Manuel Almeida Ribeiro, Aziz Tuffi Saliba, Marcílio Toscano Franca Filho e Paulo Borba Casela (coordenadores), *Enciclopédia Luso-Brasileira de Direito Internacional*, D.Quixote, 2023, pp. 974-977
- cviii) “Resolução de diferendos internacionais”, in Dário Moura Vicente, Fernando Loureiro Bastos, Manuel Almeida Ribeiro, Aziz Tuffi Saliba, Marcílio Toscano Franca Filho e Paulo Borba Casela (coordenadores), *Enciclopédia Luso-Brasileira de Direito Internacional*, D.Quixote, 2023, pp. 1018-1023
- cix) “Tribunal Internacional do Direito do Mar”, in Dário Moura Vicente, Fernando Loureiro Bastos, Manuel Almeida Ribeiro, Aziz Tuffi Saliba, Marcílio Toscano Franca Filho e Paulo Borba Casela (coordenadores), *Enciclopédia Luso-Brasileira de Direito Internacional*, D.Quixote, 2023, pp. 1134-1138
- cix) “A proteção internacional do património cultural em caso de conflito armado”, *E-publica – public law journal*, vol. 10, nº 1, 2023, pp. 18-49